

## O MERCADO DE TRABALHO FORMAL NA INDÚSTRIA CEARENSE DURANTE A DÉCADA DE 90

Isabela da Silva Valois\*  
Christiane Luci Bezerra Alves\*\*

**Resumo:** *O Ceará, a partir da segunda metade dos anos 80, é palco de mudanças significativas no modo de regulação, quando se inaugura um novo estilo de conceber e executar políticas econômicas. Tais mudanças têm reflexos na dinâmica econômica e na performance do emprego formal estadual. Este artigo objetiva, portanto, captar elementos desse novo quadro político e econômico do estado, destacando o comportamento do mercado de trabalho formal cearense na década de 90. A partir dos números da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério de Trabalho e Emprego – MTE, constata-se que o mercado de trabalho do Ceará apresenta tendência diferenciada da observada em nível regional e nacional, quando aumenta o contingente de trabalhadores formais no Estado. Porém, destaca-se, nesse processo, que o comportamento não é tão favorável no que diz respeito à remuneração auferida por estes trabalhadores, já que a mesma permanece praticamente estagnada, com ligeira tendência de queda, em contraposição ao movimento de alta ocorrido em nível nacional. As análises mais qualitativas apontam evidências de precarização nas relações de trabalho no Ceará, através de elevada rotatividade da mão-de-obra, baixo nível de salários na indústria cearense e baixos índices de desenvolvimento setorial.*

**Palavras-chave:** Ceará; Indústria; Mercado de trabalho.

### 1. INTRODUÇÃO

Desde a segunda metade da década de 80, a partir do primeiro mandato do Governador Tasso Jereissati, implementa-se no Ceará um novo modo de conceber e executar políticas econômicas. A nova estratégia de desenvolvimento econômico passa a envolver medidas de saneamento da máquina estatal, forte contenção dos gastos públicos, enxugamento do quadro de pessoal, além de uma política de incentivos fiscais e investimentos em infra-estrutura que para muitos caracterizam um novo “paradigma de administração moderna para o país”. Durante os anos 90, o Ceará passa a apresentar crescimento do produto acima das médias regional e nacional. Nesse cenário, o mercado de trabalho cearense também passa por transformações que refletem os programas de desenvolvimento estaduais e a reestruturação pela qual passa a economia nacional. O objetivo deste trabalho, portanto, é traçar um perfil do mercado de trabalho formal da indústria cearense diante do cenário de redefinição do modo de regulação neste estado e das transformações ocorridas na sua estrutura econômica.

### 3. CONSIDERAÇÕES SOBRE A DINÂMICA ECONÔMICA RECENTE

A política de atração de investimentos do Ceará obteve resultados positivos que são sentidos principalmente a partir dos anos 90: entre 1985 e 1990, o PIB cearense revelou um comportamento oscilante, mas a partir de 1991 passa a crescer atingindo seu valor máximo em

---

\* Autora - Bolsista de iniciação científica – CNPq, aluna da Universidade Regional do Cariri – URCA. [isabelvalois@ig.com.br](mailto:isabelvalois@ig.com.br).

\*\* Co-autora - Professora Adjunta do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA, [chrisluci@bol.com.br](mailto:chrisluci@bol.com.br).

1998, com ligeira retração entre 1999 e 2000 (Tabela 1). O PIB estadual no total do país passa de um percentual de 1,72% em 1985 para cerca de 1,88% em 2000, tendo atingido no ano de 1998 uma participação de 2,06%. A economia brasileira cresceu 43,6%, enquanto a cearense cresceu 57,5%. Em termos da taxa de crescimento anual, no subperíodo 1985-1990 a performance da economia cearense se apresenta inferior à nacional (0,78% a.a e 6,79% a.a. respectivamente, conforme tabela 2). Porém, nos anos seguintes, dentro do cenário de reorganização da máquina estatal e administrativa e do ajuste fiscal, verificam-se novos traços na dinâmica de crescimento da economia cearense.

TABELA 1 - Ceará e Brasil: Produto Interno Bruto a preços constantes de mercado<sup>1</sup> – PIB(1985-2000)

Anos	Ceará (A)	Brasil (B)	A/B (%)
1985	13.205.945	766.850.347,74	1.72
1986	14.030.115	807.004.823,81	1.73
1987	13.557.368	847.630.012,20	1.59
1988	14.372.780	890.404.910,38	1.61
1989	14.738.906	957.005.522,68	1.54
1990	13.731.540	847.995.229,20	1.62
1991	15.685.584	856.697.621,21	1.83
1992	15.620.753	852.036.260,01	1.83
1993	16.297.686	893.996.416,07	1.82
1994	17.842.123	946.321.391,41	1.88
1995	19.071.088	986.290.938,60	1.93
1996	20.332.660	1.012.512.564,80	2.01
1997	21.121.951	1.045.636532,05	2.02
1998	21.572.522	1.047.014.907,34	2.06
1999	21.141.620	1.055.239.048,22	2.00
2000	20.799.548	1.101.254907,19	1.88

Fonte: <<http://www.ipeadata.gov.br>>

TABELA 2 Brasil e Ceará: Taxa anual de crescimento do PIB<sup>2</sup> (1985-2000)

Período	Taxa de crescimento (%) Ceara	Taxa de crescimento (%) Brasil
1985-1990	0,78	2,03
1990-1995	6,79	2,86
1995-2000	9,06	1,69

Fonte: Elaboração Própria (a partir de dados de <<http://www.ipeadata.gov.br>>).

No quinquênio 1990-1995, a taxa de crescimento do Ceará dá um salto extraordinário, crescendo 6,8% a.a. contra apenas 2,9% a.a. da economia brasileira. O crescimento econômico do estado alcança o seu auge no último quinquênio (1995-2000), quando apresenta taxa de crescimento quase oito vezes superior à taxa de crescimento nacional (9,06% a.a. do Ceará contra 1,69% a.a. do Brasil).

Em nível setorial, considerando o período de 1980-2000, observa-se sensível perda de participação do setor agropecuário na formação do PIB cearense, com destaque para a perda significativa entre os anos de 1997 a 2000 (VALOIS; ALVES, 2005). Em 1980, este setor representava 28,3% do total estadual, caindo para 13,56 em 1990 e chegando a 9,47% no ano de 2000 (Tabela 3). No tocante à indústria, verifica-se relativa estabilidade na comparação de 1980 e 1990, mas a partir de então, o PIB industrial apresenta crescimento significativo, passando de uma participação de 25,64% em 1990 para 47,8% em 2000, refletindo as influências da mudança na condução da política econômica, particularmente da política estadual de incentivos fiscais.

TABELA 3 – Ceará: Composição setorial do PIB (1980-2000)

Anos	Industria	Serviços
1980	25,6	46,1
1990	25,64	60,8
2000	47,8	42,13

Fonte: FIEC

<sup>1</sup> Deflacionado pelo deflator implícito do PIB nacional.

<sup>2</sup> A taxa de crescimento anual é calculada a partir do seguinte método:  $\{[(ano_t/ano_0)^{1/n}-1]*100\}$ ; onde n é o número de anos da série, ano<sub>t</sub> é o ano final e ano<sub>0</sub> o ano inicial.

#### 4. EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NA DÉCADA DE 90

De 1990 a 2000, onde são mais significativas as mudanças sentidas na economia cearense, tendo como foco o setor industrial<sup>3</sup>, verifica-se, a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais, que se constitui em um registro administrativo do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, o qual fornece informações sobre o emprego formal em 31.12 de cada ano<sup>4</sup>, significativa redução em seus níveis de emprego, devido o aumento da concorrência provocado pela abertura comercial.

São Paulo, por exemplo, principal pólo industrial do país e que concentra a maior parte do emprego industrial, apresentou uma queda de 34% no nível de emprego de 1987 a 1997. No Rio de Janeiro, observou-se queda de 43%; no Rio Grande do Sul de 20%. Mesmo em estados do Nordeste com considerável expressão industrial, como Pernambuco e Bahia, o emprego apresentou queda de 38% e 22%, respectivamente (SABÓIA, 2001a).

Porém, o Ceará, especialmente no caso das indústrias de transformação e extrativa mineral, apresentou um comportamento diferenciado em relação aos números decrescentes do país. A tabela 4 mostra que o ramo de atividade de maior representatividade no desempenho do emprego formal no Ceará é o setor de serviços, embora sua participação tenha caído levemente na década de 90, mantendo-se no ano 2000 como o ramo com maior contribuição na geração do emprego formal. Já o setores industrial (com o mais significativo ganho de participação na geração de emprego no estado), construção civil e comércio apresentaram aumento de participação de 2,69%, 0,48% e 1,88%, respectivamente.

TABELA 4 – Ceará: Desempenho do Emprego Formal Segundo o Ramo de Atividade 1990-2000

Anos	1990	%	2000	%
Indústria	104.455	19,42	152.789	22,11
Construção civil	20.598	3,83	27.746	4,01
Comércio	62.478	11,61	93.253	13,49
Serviços	317.406	59,01	406.868	58,87
Agropecuária, extr vegetal, caca e pesca	12.091	2,25	10.434	1,51
Outros/ignorado	20.882	3,88	3	0
Total	537.910	100	691.093	100

Fonte: RAIS

Na distribuição de emprego por gênero da indústria (tabela 5), evidencia-se uma forte concentração do emprego nos setores tradicionais<sup>5</sup>. Somente o gênero têxtil, vestuário e artefatos de tecidos detinha, em 1990, 35% do emprego industrial, percentual levemente reduzido em 2000 para 33,14%. Destaca-se, ainda, o setor de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico responsável por 21,12% do emprego em 2000. Porém, é o desempenho da indústria de calçados no Ceará que mais surpreende, pois no início da década era responsável por apenas 1,58% dos empregos industriais e em 2000 passou a ser responsável por 18,65% desses empregos. Esse

<sup>3</sup> Considera-se, para efeito deste estudo, apenas as indústrias extrativa mineral e de transformação, visto o fato das mesmas contribuírem com a grande maioria do emprego gerado pelo setor.

<sup>4</sup> Mesmo considerando as limitações desta base de dados, já que a mesma é formada por informações prestadas pelas empresas, sendo, portanto, passíveis de erros, além de se restringir ao mercado formal de trabalho, dado o volume de informações apresentadas pela base é possível captar vários elementos da dinâmica do emprego no estado.

<sup>5</sup> Utiliza-se, aqui, a classificação das indústrias em: indústrias tradicionais (Extrativa Mineral, Madeira e mobiliário; Papel, papelão, editorial e gráfica; Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas; Ind. Química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria; Indústria têxtil, vestuário e artefatos de tecidos; Indústria de Calçados e Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico), dinâmicas A (Indústria de produtos minerais não metálicos e Indústria metalúrgica) e dinâmicas B (Indústria mecânica, Material elétrico e de comunicações e Material de transporte) conforme Bonelli e Gonçalves (1998). Fazendo-se a ressalva referida pelos autores de que essa classificação não é exatamente satisfatória, por exemplo, porque dinâmicas podem ser considerados os mercados de bens ou as empresas que neles operam, ou ainda, que existe grande diversidade dentro de cada gênero em questão..

desempenho encontra-se estreitamente vinculado à política estadual de incentivos fiscais e atração de investimentos.

TABELA 5 – Ceará :Desempenho do Emprego Formal segundo Gênero da Indústria 1990 – 2000

Setores	1990	%	2000	%
Extrativa mineral	1.875	1.94	2.714	1.85
Indústria de produtos minerais não metálicos	6.296	6.51	7.186	4.91
Indústria metalúrgica	5.427	5.61	5.502	3.76
Indústria mecânica	1.568	1.62	2.364	1.62
Indústria de material elétrico e de comunicações	1.378	1.42	1.321	0.90
Indústria de material de transporte	745	0.77	1.211	0.83
Indústria de madeira e do mobiliário	3.361	3.47	4.955	3.39
Indústria de papel, papelão, editorial e gráfica	3.715	3.84	4.336	2.96
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. Diversas	4.939	5.11	3.894	2.66
Ind. Química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	5.228	5.40	6.162	4.21
Indústria têxtil , vestuário e artefatos de tecidos	35.008	36.19	48.485	33.14
Indústria de calçados	1.525	1.58	27.287	18.65
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	25.672	26.54	30.900	21.12
Total	96.737	1000	146.317	100

Fonte: RAIS

Considerando os gêneros dinâmicos, aqui classificados em dois grupos A e B, verifica-se que houve redução do número de empregos durante a década na categoria A (minerais não metálicos e indústria metalúrgica). Já nos setores de dinâmica B (indústria mecânica, indústria do material elétrico e de comunicações e indústria do material de transporte), que se apresentam mais intensivos em tecnologia, o número de empregos manteve-se praticamente constante durante a década.

Para a melhor compreensão da dinâmica do emprego industrial, faz-se necessária a investigação do funcionamento de determinadas variáveis como: nº de estabelecimentos industriais, tamanho médio do estabelecimento, remuneração média e escolaridade média.

Houve um crescimento efetivo no número de estabelecimentos industriais no Estado na década de 90, como mostra a tabela 6. Em 1990, o Estado contava com 3.146 estabelecimentos industriais e, em 2000, já contava com 5.986. Isso representa um crescimento de 90,27% no período, valor superior ao crescimento apresentado pelo Nordeste (72,68%) e significativamente maior que a taxa apresentada na economia brasileira, correspondente a 27,10%.

A análise do setor industrial revela crescimento do emprego formal cearense ao longo dos anos 90, diferentemente do que se observa nas economias nordestina e nacional, representado pela criação de 49.580 postos de trabalho, através do aumento do contingente de trabalhadores formais de 96.737 em 1990 para 164.317 em 2000 (Tabela 6). Essa performance favorável também se reflete na participação do emprego do Ceará no total do emprego industrial do Nordeste e do Brasil. Em 1990, o estado detinha 15,58% do emprego industrial nordestino e 1,73% do brasileiro. Em 2000, essa participação aumenta consideravelmente para 24,17% em termos regionais e 2,85% no total nacional.

TABELA 6 - Ceará, Nordeste e Brasil: Estabelecimentos, empregos, remuneração média, tamanho do estabelecimento na indústria extrativa mineral e de transformação 1990-2000

Anos	CE		NE		BR	
	1990	2000	1990	2000	1990	2000
Nº de Estabelecimentos	3.146	5.986	15.916	27.485	196.198	249.385
Nº de empregos	96.737	146.317	620.809	605.217	5.595.311	4.994.969
Remuneração Média	2,3	2,2	3,4	3	4,3	4,8
Tamanho Médio do Estab.	31	24	39	22	29	20

Fonte: RAIS

Obs.: Remuneração média em salários mínimos e Tamanho médio em número de empregados por estabelecimento

O Ceará se destaca no cenário de “estagnação” e desequilíbrios macroeconômicos em que estava mergulhado o Brasil na década de 90, com sua política fiscal pioneira e incentivo à industrialização, apresentando taxa de crescimento correspondente a 4,2%aa no período analisado, contra uma performance negativa da região nordestina (-0,3%aa) e do Brasil (-

1,1%aa) numa época em que os setores de produção adquirem tecnologias quase sempre poupadoras de mão-de-obra. No entanto, como mostra a tabela 7, verificou-se que os estabelecimentos atraídos pelas políticas fiscais implementadas no Ceará ficaram concentrados fundamentalmente na Região Metropolitana de Fortaleza, contrariando, por exemplo, os objetivos do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Governo Estadual para o período 1995-1998, o qual previa, além do aumento do nível de emprego, o reordenamento do espaço produtivo do Ceará, através de uma política de interiorização das atividades econômicas.

TABELA 7 - Estabelecimentos e empregos industriais – RMF, Fortaleza e demais municípios (1990-2000)

Anos	Estabelecimentos industriais							Empregos industriais						
	RMF (IBGE)	%	Fortaleza	%	Demais Munic	%	Total CE	RMF (IBGE)	%	Fortaleza	%	Demais Munic	%	Total CE
1990	2.394	0,76	2.155	0,68	752	0,24	3146	83.004	0,86	62.989	0,65	13.733	0,14	96.737
1991	2.558	0,76	2.297	0,69	791	0,24	3349	81.034	0,86	60.686	0,64	13.494	0,14	94.528
1992	2.491	0,77	2.212	0,68	749	0,23	3240	78.142	0,84	57.101	0,62	14.389	0,16	92.531
1993	3.533	0,76	3.152	0,68	1.110	0,24	4643	76.781	0,84	54.843	0,6	14.145	0,16	90.926
1994	2.691	0,78	2.382	0,69	778	0,22	3469	88.906	0,84	61.348	0,58	17.031	0,16	105.937
1995	3.234	0,77	2.858	0,68	965	0,23	4199	87.339	0,83	59.932	0,57	18.089	0,17	105.428
1996	3.419	0,75	3.014	0,66	1.143	0,25	4562	89.175	0,8	59.465	0,54	21.823	0,2	110.998
1997	3.723	0,74	3.241	0,64	1.321	0,26	5044	90.930	0,78	59.703	0,51	26.040	0,22	116.970
1998	7.299	0,62	6.124	0,52	4.558	0,38	11857	93.090	0,76	56.817	0,46	30.272	0,25	123.362
1999	3.986	0,31	6.652	0,51	9.032	0,69	13018	97.455	0,74	61.734	0,47	34.784	0,26	132.239
2000	4.211	0,7	3.528	0,59	1.775	0,3	5986	102.036	0,70	65.427	0,45	44.281	0,3	146.317

Fonte: RAIS

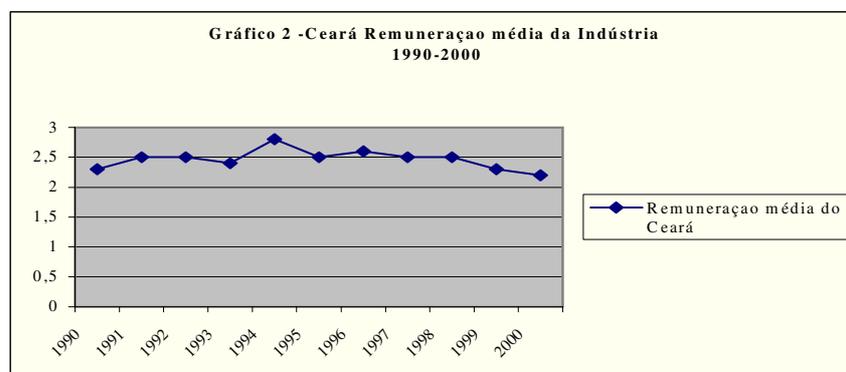
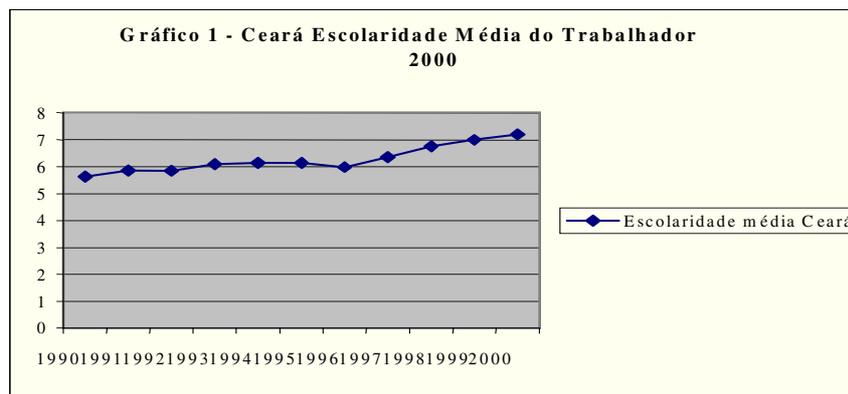
A RMF<sup>6</sup> concentrou, durante a década de 90, mais de 60% dos estabelecimentos industriais, com destaque para o município de Fortaleza (Tabela 7) e essa concentração se mantém ao longo de toda a década de 90, apesar de sua redução entre os anos de 1998 e 1999, devido ao deslocamento de empresas para outros pólos do Ceará, como Sobral, na zona norte e Juazeiro do Norte, no sul do estado. A tendência de concentração é também refletida no emprego. Somente o município de Fortaleza detém em torno de 45% do total do emprego industrial do Estado em 2000, número que chega a 70% se considerados os municípios da Região Metropolitana (Tabela 7).

Quando considerado o nível de escolaridade, constata-se, entre 1990 e 2000, a elevação do número médio de anos de estudo<sup>7</sup>, o qual apresenta uma tendência de crescimento durante a década (Gráfico 1), passando de 5,6 anos de estudo em 1990 para 7,1 anos em 2000. Apesar disso, a remuneração média\* do estado não apresenta a mesma performance. De acordo com o gráfico 2, verifica-se relativa estabilidade entre os anos de 1990 e 1998, com destaque para o ganho observado entre 1993 e 1994, fruto da estabilidade proporcionada pela implementação do Plano Real (1993/94). Porém, constata-se saturação nesse movimento de alta e evidencia-se uma queda no rendimento médio entre os anos de 1998 e 2000, terminando-se a década com uma remuneração média de 2,2 SM (valor inferior aos 2,3 SM apresentados em 1990). Esse comportamento contraria a tendência apresentada pela economia brasileira, que revela um crescimento na remuneração média de 3,0 salários mínimos (SM) para 4,8 SM (gráfico 2).

<sup>6</sup> Considera-se, neste trabalho, a classificação de Região Metropolitana do IBGE, que envolve os municípios de: Fortaleza, Aquiraz, Maracanaú, Caucaia, Maranguape, São Gonçalo do Amarante, Euzébio, Chorozinho Gaiuba, Horizonte, Pacajus e Pacatuba.

<sup>7</sup> O número de anos médios de estudo é calculado através da média ponderada que considera o ponto médio em anos de estudo para cada faixa de escolaridade e seu peso relativo na estrutura de emprego.

<sup>8</sup> Remuneração Média = (Massa Salarial / Número de trabalhadores).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS.

Quanto ao tamanho dos estabelecimentos, o que se observou, segundo dados da RAIS, tabela 5, foi a redução do seu tamanho médio no Estado do Ceará, de 31 trabalhadores por estabelecimento em 1990 para 24 trabalhadores no ano de 2000. Este fator pode ser associado ao processo de reestruturação produtiva implementado, de forma geral, na economia brasileira, principalmente nos anos 90, e considerado um dos fundamentos do novo modelo de desenvolvimento estadual, o qual envolvia os novos princípios de gestão e organização da produção e do trabalho, com significativos reflexos no enxugamento do emprego em nível das unidades produtivas (processo de *downsizing*).

#### 4.1 Padrões de qualidade no emprego industrial cearense

Diversos trabalhos sobre o mercado de trabalho brasileiro (AMADEO et al., 1994; BALTAR, 1996; GONZAGA, 1998) têm apontado que o maior problema na economia nacional não é a escassa criação de postos de trabalho, mas a baixa qualidade do emprego. Isso torna fundamental a investigação de elementos qualitativos que caracterizem o mercado de trabalho cearense.

Um dos indicadores que tem caracterizado a tendência de precarização das relações de trabalho no Brasil é a elevada rotatividade da mão-de-obra, que diminui investimentos em treinamento da mão-de-obra, mas prejudica a produtividade e incentiva a informalização da economia (GONZAGA, 1998). Esse alto nível de rotatividade é explicado, segundo Baltar (1996), pela facilidade que as empresas têm de admitir e demitir mão-de-obra (contratações sazonais), o que influencia na qualidade do emprego no Brasil.

Como indicador de rotatividade, pode-se observar o tempo de serviço dos trabalhadores nos estabelecimentos industriais. No Ceará o percentual de trabalhadores com menos de dois anos de serviço cai de 52,2% em 1990 para 36,7% em 2000 (Tabela 8). Porém, a rotatividade em sua indústria permanece em níveis consideravelmente elevados, superior ao nacional. Em 2000, 33,9% dos trabalhadores brasileiros tinham menos de dois anos de serviço<sup>8</sup>. Nas faixas que caracterizam maior estabilidade, como cinco anos ou mais de tempo de serviço, os números revelam uma queda de percentual entre 1990 e 2000 de 17,47% para 16,87%.

TABELA 8 - Ceará e Brasil: Total de empregados por tempo de serviço nos estabelecimentos industriais 1990 – 2000

Anos de serviço	Ceará				Brasil			
	1990	%	2000	%	1990	%	2000	%
Menos de 2	50.491	52.20	53.684	36.69	101.751.33	43.86	1.691.446	33.86
2 a 3	12.523	12.95	46.967	32.09	2.361.310	10.18	1.328.103	26.58
3 a 5	16.709	17.27	20.889	14.28	3.203.681	13.81	707.307	14.16
5 ou mais	16.902	17.47	24.694	16.87	7.402.280	31.91	1.267.471	25.37
Ignorado	112	0.12	83	0.05	56.252	0.24	642	0.01
Total de empregados	96.737	100	146.317	100	23.198.656	1000	4.994.969	100

Fonte: RAIS

A baixa qualidade do emprego industrial fica evidente através da análise da distribuição dos trabalhadores segundo a faixa de remuneração (Tabela 9). No Ceará, portanto, o baixo nível dos salários pode ser visto na forte concentração dos empregos na faixa de remuneração entre 1 e 2 SM, a qual concentrava cerca de 38,34% dos trabalhadores industriais em 1990. Esse percentual, que já pode ser considerado elevado, cresce exacerbadamente ao longo dos anos 90 e, em 2000, quase 70% dos trabalhadores da indústria estadual recebiam uma renda entre 1 e 2 SM.

TABELA 9 - Ceará e Brasil: Distribuição dos empregados industriais segundo faixa de remuneração (1990 – 2000)

Faixa salarial	Ceará				Brasil			
	1990	%	2000	%	1990	2000	%	
Até 1	41.075	7.63	10.389	7.10	863.880	3.72	103.375	2.1
Entre 1 e 2	206.254	38.34	100.483	68.67	5.917.438	25.51	1.387.645	27.8
Entre 2 e 3	69.721	12.96	16.481	11.26	4.064.395	17.52	1.224.758	24.5
Entre 3 e 5	53.242	9.89	8.544	5.84	4.513.460	19.46	1.002.206	20.1
Acima de 5	86.349	16.05	9.616	6.57	7.201.316	31.04	1.252.200	25.1
Ignorado	81.269	15.11	804	0.55	638.167	2.75	24.785	0.5
Total de empregados	537.910	100	146.317	100	23.198.656	100	4.994.969	100

Fonte: RAIS

Esses números revelam-se consideravelmente superiores aos da indústria brasileira, que apesar de concentrar o maior número de empregos nessa faixa de remuneração (25,51% em 1990 e 27,8% em 2000), apresenta uma distribuição bem mais homogênea do que a apresentada pela economia cearense. Observar, ainda, a queda substancial no número de trabalhadores que recebiam acima de 5 SM no Ceará, passando de 16,05% em 1990 para apenas 6,57% em 2000. Há que se chamar atenção, portanto, para esse indicador, que no mesmo período em que se desenvolve uma forte política de atração de investimentos industriais, verifica-se uma significativa deterioração na distribuição salarial.

A análise da distribuição de trabalhadores por nível de instrução revela que apenas a faixa de trabalhadores sem instrução até o ensino fundamental completo apresenta redução no seu contingente. Em todas as demais faixas ocorre crescimento no número de empregos (Tabela 10). A maior taxa de crescimento é apresentada em trabalhadores com ensino médio completo até superior incompleto, representada pelo aumento de 14.986 postos de trabalho.

<sup>8</sup> Se o parâmetro de comparação passa a ser os padrões internacionais, esses números revelam-se significativamente elevados. De acordo com Gonzaga (1998), a porcentagem de trabalhadores na indústria com menos de dois anos de serviço fica em torno de 13% na Itália, 21% na Alemanha, 27% na Dinamarca, 31% no Reino Unido, 39% nos Estados Unidos.

TABELA 10 – Ceará: Taxa de crescimento do número de trabalhadores e da remuneração média por grau de instrução (1990 – 2000)

			Sem instrução até fundamental completo	Fundamental completo até médio completo	Medio completo até superior incompleto	Superior completo	
	1990	2000	Tx. cresc.	Tx. cresc.	Tx. cresc.	Tx. cresc.	Tx. cresc.
Num. De trab.	96.737	146.317	- 9.38	7.70	9.29	3.65	4.22
Rem. Média	2.25	5.08	18.66	1.60	11.06	8.16	-0,44

Fonte: RAIS

Entre todas as categorias observadas, a que apresenta a maior taxa de crescimento de sua remuneração é a de até o ensino fundamental completo, o que indica que a mão-de-obra menos qualificada seria a principal beneficiada pelo aumento dos rendimentos. Esse fato, portanto, corroboraria os argumentos da teoria tradicional do livre comércio, segundo a qual um ambiente de abertura, como o da economia brasileira dos anos 90, propicia o aumento da remuneração relativa do trabalho menos qualificado. Porém, uma análise mais detalhada dos dados nos mostra que nessa categoria de trabalhadores (sem instrução até fundamental completo) a massa salarial permanece praticamente constante entre os anos de 1990 e 2000 e tem-se a menor taxa de crescimento dessa variável entre as categorias analisadas<sup>9</sup>(tabela 11). Portanto, o ganho apresentado de remuneração média é explicado fundamentalmente pela retração do número de trabalhadores, que passa de um contingente de 187.609 em 1990 para 70.062 em 2000.

TABELA 11 – Ceará: Massa salarial segundo grau de instrução (1990 – 2000)

Nível de escolaridade	1990	2000	Taxa de Cresc.
Sem Instr. até fund incompl.	105.205,38	109.233,39	0,38%
Fund. Completo até medio incompl.	46.197,85	87.630,59	6,61%
Médio compl. Até sup. Incompl	42.233,63	98.681,85	7,70%
Superior completo	23.144,34	37.746,59	5,01%

Fonte: RAIS

## 4.2 Índices de Desenvolvimento Setorial

Como forma de captar desníveis existentes entre os diferentes setores industriais, pode-se ainda recorrer à construção de um índice de desenvolvimento da indústria. Utilizar-se-á, aqui, de indicadores propostos por Sabóia (2001b) e trabalhar-se-á com a desagregação por gênero industrial.

O índice de desenvolvimento é dado pela média aritmética simples entre dois outros indicadores: os índices de remuneração e de escolaridade. Varia de zero a um, entre a pior e a melhor posição, respectivamente, permitindo comparar, portanto, a posição relativa dos setores industriais.

Os índices de remuneração e escolaridade podem ser assim descritos:

a) Índice de Remuneração para o setor i ( $I_{wi}$ ):

$$I_{wi} = (W_i - W_{\min}) / (W_{\max} - W_{\min})$$

Onde:

$W_i$  - Remuneração média do setor i;

$W_{\min}$  - Remuneração média mínima entre os setores;

$W_{\max}$  - Remuneração média máxima entre os setores

b) Índice de Escolaridade para o setor i ( $IEc_i$ ):

$$IEc_i = (Ec_i - Ec_{\min}) / (Ec_{\max} - Ec_{\min})$$

Onde:

$Ec_i$  - Escolaridade média do setor i;

$Ec_{\min}$  - Escolaridade média mínima entre os setores;

$Ec_{\max}$  - Escolaridade média máxima entre os setores.

A tabela 12 apresenta o índice de remuneração por gênero da indústria para o ano 2000. Os melhores índices estão nos gêneros de Material elétrico e de comunicação (0,232) e Papel,

papelão, editorial e gráfica (0,220); porém, estes gêneros contribuem juntos com apenas 3,9% do emprego industrial. Os setores responsáveis pela grande maioria dos empregos na indústria, (Têxtil vestuário e artefatos de tecidos, Calçados, Produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico), cuja contribuição está em torno de 73% do emprego, apresentam índices bem baixos de remuneração. O pior indicador está na indústria de calçados (0,069), índice inferior à média da indústria (0,110) e que corresponde exatamente ao gênero que apresentou o ganho de participação na geração de emprego mais surpreendente ao longo da década

TABELA 12 - Índices de Remuneração, Escolaridade e Desenvolvimento por Setor da Indústria Cearense

Ano	Rem.	Esc.	Desenv.
	2000		
Extrativa mineral	0,171	0,200	0,180
Industria de produtos minerais nao metalicos	0,071	0,200	0,140
Industria metalurgica	0,148	0,540	0,340
Indústria mecânica	0,153	0,610	0,380
Industria do material eletrico e de comunicaçoes	0,232	0,710	0,470
Indústria do material de transporte	0,154	0,580	0,370
Industria da madeira e do mobiliario	0,044	0,440	0,240
Industria do papel, papelao, editorial e gráfica	0,220	0,770	0,490
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	0,085	0,510	0,300
Ind. quimica de produtos farmaceuticos, veterinarios, pertumaria, ...	0,175	0,580	0,380
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	0,101	0,590	0,340
Industria de calçados	0,069	0,550	0,310
Industria de produtos alimenticios, bebidas e alcool etilico	0,131	0,440	0,280
Total	0,110	0,520	0,310

Fonte: RAIS

Quanto ao índice de escolaridade, observam-se grandes assimetrias entre os gêneros. Os índices variam entre 0,20 das indústrias de produtos Minerais não metálicos e Extrativa Mineral e 0,77 de Papel, papelão, editorial e gráfica. Como esperado, os gêneros tradicionais aparecem com indicadores inferiores aos gêneros dinâmicos. De uma forma geral, os índices de remuneração se apresentam inferiores aos de escolaridade, devido ao baixo nível de remuneração dos trabalhos industriais.

Na mesma tabela, ainda é apresentado o índice de desenvolvimento setorial. O pior indicador está na indústria de produtos Minerais não metálicos e a melhor performance é apresentada pela indústria de Papel, papelão, editorial e gráfica (0,49). Sabóia (2001b) classifica os índices de desenvolvimento em cinco categorias: baixo (entre zero e 0,3); médio-baixo (entre 0,3 e 0,4); médio-médio (entre 0,4 e 0,5); médio-alto (entre 0,5 e 0,6) e alto (acima de 0,7). De acordo com essa classificação, nenhum gênero da indústria cearense pode ser considerado de alto ou médio-alto índice de desenvolvimento. Com índice na categoria médio-médio, apenas os setores de Material elétrico e de comunicação (0,47) e Papel, papelão, editorial e gráfica (0,49). Os demais gêneros são considerados de médio-baixo ou baixo índice de desenvolvimento.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De 1990 a 2000, o Ceará sofre reflexos das mudanças estruturais ocorridas na economia brasileira, e também de um novo modelo de desenvolvimento implementado a partir de 1986. Observa-se significativo crescimento da economia cearense, além do aumento considerável da participação da indústria no PIB estadual. Estes resultados são consequência do pioneiro ajuste das contas públicas do Estado, combinado com movimentos de reestruturação produtiva no parque industrial e com uma política de atração de investimentos, além de vultosas inversões em infra-estrutura. No mercado de trabalho, apesar do aumento do número de empregos formais e do grau de escolaridade da mão-de-obra, verificam-se evidências de precarização nas relações de trabalho, refletidas, por exemplo, nos baixos níveis de salários industriais e na alta rotatividade da mão-de-obra, sendo a mesma superior à apresentada pela economia brasileira.

Considerando os índices de desenvolvimento setorial, evidenciam-se baixos padrões de desenvolvimento entre a grande maioria dos gêneros industriais.

Tal comportamento do mercado de trabalho nos impõe a necessidade de novos estudos que contemplem análises mais desagregadas e mais qualitativas, buscando, por exemplo, inferir sobre o comportamento das diferentes categorias de trabalhadores na dinâmica do emprego cearense, além da inclusão de novos indicadores de qualidade do emprego ou de desenvolvimento da indústria estadual. Em que pesem as limitações desta análise, espera-se ter contribuído para o entendimento da questão no Ceará.

## 6. REFERÊNCIAS

AMADEO, E.; BARROS, R.; CAMARGO, J.M.; GONZAGA, G.; MENDONÇA R. **A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro desde 1980**. Rio de Janeiro: DIPES/IPEA, 1994 (Série Seminários nº 11/94).

BALTAR, Paulo Eduardo de A. Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil. **Economia e Sociedade**, nº 6, jun/1996, Campinas: IE/UNICAMP. 1996.

GONZAGA, Gustavo. Rotatividade e qualidade do emprego no Brasil. **Revista de Economia Política**, vol.18, nº 1(69), janeiro-março/1998.

SABÓIA, João. **A indústria de transformação e extrativa mineral na Região Nordeste: um retrato da década de 1990 a partir dos dados da RAIS**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001a.

SABÓIA, João. **A dinâmica da descentralização industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: IE/UFRJ (Texto para Discussão nº 452), 2001b.

VALOIS, Isabela da Silva; ALVES, Christiane Luci B. **O mercado de trabalho cearense no ambiente de abertura comercial dos anos 90**. Relatório técnico-científico do Projeto de Iniciação Científica URCA/CNPq. Crato: URCA. 2005.